

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RORAIMA – IFRR CAMPUS BOA VISTA
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

**METODOLOGIAS DE ENSINO INCLUSIVAS PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS:
UMA ABORDAGEM CRÍTICA PARA APRENDIZAGEM**

***INCLUSIVE TEACHING METHODOLOGIES FOR THE SOCIAL SCIENCES: A
CRITICAL APPROACH TO LEARNING***

Maria Madalena de Melo Feliciano¹
Dr. Francisco Roberto Diniz Araújo²

RESUMO

Este estudo busca examinar os métodos de ensino inclusivos utilizados no ensino de Ciências Sociais, focando em táticas que incentivam o aprendizado crítico e ponderado em diferentes ambientes escolares. A pesquisa, com uma abordagem qualitativa, baseou-se em uma revisão da literatura e na análise documental de materiais de ensino focados. Este estudo discute a inclusão escolar e a aprendizagem significativa no ensino de Ciências Sociais, destacando os aportes teóricos de Mantoan (2003; 2015), Ausubel e Moreira (2006) e Glat & Pletsch (2013) que oferecem fundamentos essenciais para compreender a relevância das práticas pedagógicas voltadas à promoção da inclusão. A análise apresentada demonstra como essas bases teóricas auxiliam na criação de uma educação mais justa, fomentando o desenvolvimento completo dos alunos e a celebração da diversidade dentro da escola. Os resultados mostram que a utilização de práticas inclusivas bem planejadas, como o uso de recursos variados, tarefas em grupo e avaliações ajustadas, ajuda a aumentar o envolvimento dos alunos e a fortalecer o desenvolvimento do pensamento crítico. É importante ressaltar o papel do professor como guia do processo de ensino-aprendizagem, sendo fundamental a formação contínua e o apoio institucional para o fortalecimento dessas práticas. Em conclusão, à educação inclusiva, quando planejada de forma consciente e integrada ao ambiente escolar, tem o potencial de transformar o ambiente educacional em um local mais democrático e atento às diferenças individuais.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Ciências Sociais. Metodologias de Ensino. Inclusão Escolar. Aprendizagem Crítica.

ABSTRACT

This study seeks to examine the inclusive teaching methods used in the teaching of Social Sciences, focusing on tactics that encourage critical and thoughtful learning in different school environments. The research, with a qualitative approach, was based on a literature review and a documentary analysis of focused teaching materials. This study discusses school inclusion and meaningful learning in the teaching of Social Sciences, highlighting the theoretical contributions of Mantoan (2003; 2015), Ausubel and Moreira (2006), and Glat & Pletsch (2013) that provide essential foundations for understanding the relevance of pedagogical practices aimed at promoting

¹ Pós-graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, IFRR. madalena.melo2021@gmail.com

² Doutorado em Ciências da Educação. Professor orientador do Instituto Federal de Roraima – IFRR – Bolsista CAPES/UAB, no curso de pós-graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, IFRR. robertodinizaemd@hotmail.com

inclusion. The analysis presented demonstrates how these theoretical bases assist in creating a fairer education, fostering the complete development of students and the celebration of diversity within the school. The results show that the use of well-planned inclusive practices, such as the use of varied resources, group tasks, and adjusted assessments, helps increase student engagement and strengthens the development of critical thinking. It is important to emphasize the role of the teacher as a guide in the teaching-learning process, with continuous training and institutional support being fundamental for the enhancement of these practices. In conclusion, inclusive education, when planned in a conscious way and integrated into the school environment, has the potential to transform the educational setting into a more democratic place that is attentive to individual differences.

Keywords: *Inclusive Education. Social Sciences. Teaching Methodologies. School Inclusion. Critical Learning.*

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a educação inclusiva vem ganhando espaço e se mostrando como um dos alicerces fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento do ambiente acadêmico. Traz consigo a necessidade de adequação às suas normas e práticas de ensino, buscando, assim, atender à demanda de diversidade dos estudantes, alunos com diferentes potencialidades e necessidades individuais, ocupando um lugar necessário para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas que assegurem a integração de todos.

Como um dos principais empecilhos encarados, temos a dificuldade de se adaptar a sala de aula de maneira inclusiva, ou seja, em conformidade com as especificidades apresentadas pelos alunos. Inúmeros docentes ainda fazem uso de métodos arcaicos e planos de aula tradicionais, que não atendem satisfatoriamente às carências dos alunos, o que acaba por corroborar um ambiente conflituoso e incerto, com dificuldades na aprendizagem.

É importante investigar abordagens inclusivas dentro da sala de aula, tendo em vista a missão de converter a escola em um espaço que, de fato, impulse o aprendizado de cada aluno, valorizando suas características individuais e habilidades. A inclusão vai além de apenas ter o aluno dentro do espaço educacional; na verdade, busca assegurar o suporte essencial para que o aluno tenha seu desenvolvimento mental, social e emocional completos.

É comum que professores, ainda atualmente, utilizem metodologias inadequadas e inflexíveis, que não levam em consideração a diversidade presente dentro da escola. Tal atitude dificulta o aprendizado, exclui alunos com necessidades especiais e gera um ambiente institucional injusto e segregador. Sendo assim, a pesquisa é de grande importância para encontrar métodos de ensino mais eficazes, com foco em práticas ativas, práticas tecnológicas e ensino customizado, buscando garantir igualdade na educação.

Além disso, estudar a inclusão escolar tem o papel de assegurar que as leis brasileiras como a Constituição, a LDB e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva sejam efetivamente cumpridas. Assim, a pesquisa ajuda a compreender os desafios enfrentados pelos professores e a criar políticas públicas e cursos de atualização, promovendo práticas inovadoras e atentas às diferenças.

Logo, explorar esse tema é vital para sugerir ideias que transformem as escolas, garantindo um ensino inclusivo, aberto e dedicado à construção de uma sociedade mais justa e igual. A ausência de práticas inclusivas, somada a um ambiente de ensino desajustado, limita o acesso dos alunos ao conteúdo e às discussões que as Ciências Sociais promovem.

Como promover uma educação inclusiva que fomente a participação ativa de todos os estudantes, independentemente de suas limitações ou capacidades? Como adaptar as metodologias de ensino para que a inclusão e a aprendizagem crítica andem de mãos dadas?

No percurso da pesquisa foram estabelecidos determinados objetivos a serem alcançados, para tanto, foi definido como objetivo geral: Analisar métodos de ensino inclusivos adequados ao ensino das Ciências Sociais, com foco na promoção de uma aprendizagem crítica e reflexiva, incluindo a participação ativa de todos os alunos e objetivos Específicos, analisar os desafios e as barreiras enfrentadas pelos docentes ao implementar práticas inclusivas nessa área; Explorar a relação entre a educação inclusiva e o desenvolvimento do pensamento crítico e Propor estratégias pedagógicas que possibilitem a criação de um ambiente de ensino colaborativo, reflexivo e acessível a todos os alunos.

O estudo traz consigo uma abordagem qualitativa e baseada em pesquisas bibliográficas, a qual desenvolveu-se por meio da avaliação de livros, artigos e materiais didáticos voltados para o ensino de Ciências Sociais, com o objetivo de reconhecer práticas inclusivas e seu efeito no estímulo ao aprendizado reflexivo.

Este estudo se mostra pertinente ao estimular uma análise aprofundada da implementação da educação inclusiva no ensino de Ciências Sociais, levando em conta a variedade de alunos e suas diversas demandas de aprendizado. A inclusão não pode ser apenas adaptações físicas ou regras, mas sim práticas de ensino que assegurem o acesso e a continuidade com excelência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

A ideia de inclusão educacional, como explica Mantoan (2003), significa transformar a escola para que todos os estudantes consigam aprender juntos, respeitando e valorizando cada diferença individual. Essa visão exige não só ajustes físicos e no currículo, mas também mudanças significativas na cultura da escola, na capacitação dos professores e na forma como entendemos o ensino e a aprendizagem. Na área do ensino de Ciências Sociais, Arroyo (2012) sublinha que o desafio é garantir que as práticas de ensino incentivem uma análise crítica da realidade, envolvendo todos os estudantes em discussões que expandam a sua visão do mundo. Para isso, é fundamental que o currículo seja flexível e adaptado ao contexto, dando valor às vivências dos alunos e unindo diferentes conhecimentos.

Silva e Rodrigues (2020) apontam que o uso de metodologias ativas, como o aprendizado baseado em problemas e projetos interdisciplinares, promove maior participação, protagonismo e autonomia dos estudantes. Essas abordagens favorecem a inclusão, pois possibilitam a construção do conhecimento de forma colaborativa, levando em conta diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Estudos recentes sobre inclusão escolar evidenciam que a efetividade das práticas pedagógicas inclusivas depende de múltiplos fatores interligados. Entre eles, destacam-se a formação docente contínua, a flexibilização curricular e o uso de metodologias ativas capazes de promover engajamento e participação de todos os estudantes.

De acordo com pesquisas analisadas, a permanência de métodos tradicionais e rígidos ainda constitui um dos principais entraves para a aprendizagem significativa, pois desconsidera os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem presentes em sala de aula. Nesse sentido, reforça-se que a inclusão não deve ser reduzida a adaptações físicas ou à mera presença do aluno com deficiência no espaço escolar, mas compreendida como um processo de transformação da prática educativa em sua totalidade (Mantoan, 2003; Glat; Pletsch, 2013).

Tal perspectiva é corroborada por Arroyo (2012), ao destacar que o ensino de Ciências Sociais precisa fomentar reflexões críticas a partir da realidade dos alunos, reconhecendo a diversidade como um elemento enriquecedor da aprendizagem. Os artigos recentes também apontam que políticas públicas e suporte institucional são indispensáveis para garantir condições reais de inclusão, uma vez que não cabe ao professor, de forma isolada, a responsabilidade por suprir todas as necessidades educacionais.

Esse cenário confirma que a inclusão é não apenas um princípio pedagógico, mas também um direito legal, sustentado pela Constituição Federal de 1988, pela LDB nº 9.394/1996 e por documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994).

Assim, observa-se que práticas pedagógicas inclusivas, quando articuladas a metodologias ativas e ao suporte institucional adequado, contribuem para a construção de ambientes democráticos e participativos, nos quais a aprendizagem significativa pode se consolidar como eixo central da formação crítica dos alunos.

Em seu estudo, Mendes, Almeida e Hayashi (2019) destacam que a inclusão bem-sucedida depende de uma colaboração pedagógica ativa entre os professores, que devem empregar uma gama diversificada de ferramentas e tecnologias para satisfazer as demandas de cada aluno. De acordo com os autores, criar um cenário educacional democrático e equitativo requer o planejamento consciente de abordagens inclusivas, que deem atenção tanto aos elementos cognitivos quanto aos aspectos sociais e emocionais.

Além disso, Glat e Pletsch (2013) ressaltam que a inclusão vai além da simples integração de alunos com deficiência em salas de aula regulares, exigindo uma reavaliação das metodologias de ensino, o cultivo de competências socioemocionais e o aprimoramento do trabalho colaborativo entre professores e demais especialistas da área educacional. Tais elementos contribuem para a construção de um ambiente escolar inclusivo, que reconhece a diversidade como um valor que aprimora as práticas pedagógicas.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (art. 205 e 206), a educação é um direito de todos e deve promover a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Esse princípio foi reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, que estabelece a obrigatoriedade da oferta de educação para pessoas com necessidades específicas, garantindo adaptações curriculares e metodológicas.

Essas abordagens promove a inclusão, tornando possível a construção colaborativa do conhecimento, algo que considera ritmos e estilos de aprendizagem diversos. Em suma, Maria Teresa Egler Mantoan (2015) enfatiza que a escola inclusiva não deve ser vista como espaço de mera adaptação, mas como ambiente transformador, que reconhece a diversidade como princípio pedagógico.

2.2 DIVERSIDADE, IDENTIDADE E FORMAÇÃO CRÍTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

Ao refletirmos sobre inclusão, é crucial entendermos que as diferenças vão além das limitações físicas ou mentais. Como salientam Santos e Ferreira (2021), a educação inclusiva deve abranger as facetas culturais, étnico-raciais, de gênero, socioeconômicas e religiosas que moldam a identidade dos alunos. Tal fato alarga a visão de inclusão e transforma a escola num palco de formação para a cidadania e para a coexistência ética e respeitosa.

No ensino de Ciências Sociais, essa maneira de ver é muito relevante, pois os temas abordam diretamente as estruturas da sociedade, a criação das identidades e as desigualdades sociais. Promover a inclusão nesse campo pressupõe dar espaço à escuta atenta, ao reconhecimento das individualidades dos alunos e à valorização de saberes diversos, muitas vezes deixados de lado pela escola tradicional.

Glat e Pletsch (2013) defendem que práticas pedagógicas inclusivas devem conceder a todos os alunos o acesso ao saber e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a empatia, o diálogo e a cooperação. Nesse sentido, desenvolver o pensamento crítico não é apenas fomentar habilidades cognitivas, mas também criar cenários para que os alunos se situem no mundo com consciência de si e do próximo.

Portanto, a inclusão no ensino das Ciências Sociais pede não só ajustes técnicos, mas um compromisso ético com a diversidade, a justiça social e a formação plena dos indivíduos. Assim, notamos que existem maneiras de unir inclusão e pensamento crítico no ensino de Ciências Sociais, desde que se invista na formação contínua dos professores, na criação de métodos inovadores e na elaboração de condições físicas e de ensino que assegurem a participação efetiva de todos. Esses pontos apoiam e guiam a proposta deste projeto, mostrando que a inclusão não é só possível, mas vital para promover uma educação de qualidade e socialmente justa.

A educação inclusiva pressupõe a valorização das diferenças individuais, promovendo um ambiente escolar onde todos os alunos possam aprender e participar ativamente, independentemente de suas condições sociais, culturais ou físicas” (SANTOS; FERREIRA, 2021).

Por fim, cumpre frisar que uma educação inclusiva e reflexiva requer uma visão que considere a interação de vários fatores, como indicam Santos e Ferreira (2021). Isso significa compreender que as diferenças vão além das deficiências, incluindo também questões de gênero, etnia, condição social e cultura. Essa abordagem amplia o alcance das ações pedagógicas inclusivas, fomentando um espaço escolar mais equitativo e diverso, onde cada aluno se sinta acolhido e tenha sua individualidade reconhecida.

2.3 APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO PROCESSO INCLUSIVO

A prática pedagógica na educação inclusiva deve ser estruturada de forma a atender às necessidades individuais dos estudantes, respeitando suas especificidades e proporcionando condições para que aprendizagem ocorra de maneira significativa. Segundo Mantoan (2015), a inclusão escolar exige práticas adaptadas e diversificadas, bem como um planejamento

pedagógico que contemple a avaliação formativa e a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo.

A Teoria da Aprendizagem Significativa, desenvolvida por Ausubel, fornece fundamentos teóricos que orientam essas práticas. Para que a aprendizagem seja considerada significativa, é necessário que o aluno relacione o novo conteúdo a conceitos previamente existentes em sua estrutura cognitiva, de forma substantiva e não arbitrária.

Conforme Moreira (2006, p. 3), “o novo conhecimento adquire significados para o aprendiz e o conhecimento prévio fica mais rico, mais diferenciado, mais elaborado em termos de significados, e adquire mais estabilidade”.

Nesse sentido, a atuação do professor assume papel central. Ele deve ser mediador e facilitador, ajustando estratégias de ensino, selecionando recursos didáticos e criando um ambiente inclusivo que favoreça a interação entre os estudantes. Moreira (2006) ressalta que a aprendizagem significativa exige que o aprendiz não seja um receptor passivo, mas' um sujeito ativo que utiliza seus conhecimentos prévios para captar e reorganizar os novos saberes.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola é um instrumento fundamental nesse processo, pois define princípios, objetivos e práticas que favorecem o desenvolvimento inclusivo. De acordo com o Ministério da Educação (2004), o PPP “estabelece a ponte entre a política educacional do município e a população, por meio da definição dos princípios, dos objetivos educacionais, do método de ação e das práticas que serão adotadas para favorecer o processo de desenvolvimento e de aprendizagem”.

A prática pedagógica inclusiva, no entanto, enfrenta desafios que vão além da adaptação curricular, incluindo a necessidade de formação continuada de professores, o enfrentamento do preconceito e a articulação com a comunidade escolar (MUSZKAT, 2005). A superação dessas barreiras requer uma mudança de mentalidade e a implementação de metodologias inovadoras que considerem as singularidades dos estudantes.

Portanto, promover a aprendizagem significativa na educação inclusiva demanda um esforço coletivo que envolve planejamento estratégico, uso de materiais potencialmente significativos, avaliação contínua e flexibilidade didática. Esse processo contribui para a efetivação do direito à educação de qualidade para todos e para o desenvolvimento pleno dos sujeitos.

3 METODOLOGIA

Primeiramente, será conduzido uma análise bibliográfica abrangente sobre métodos inclusivos e o ensino de Ciências Sociais, por meio da busca em livros, artigos acadêmicos, dissertações e teses acessíveis em bases de dados acadêmicas conhecidas.

Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite a compreensão profunda de um tema por meio do levantamento, leitura, análise e interpretação de obras já publicadas, sendo essencial para a construção do referencial teórico.

O propósito desta fase é descobrir conceitos, princípios e relatos de experiências que contribuam para o entendimento do tema. Posteriormente, serão analisados documentos como planejamentos de aula e projetos educacionais provenientes de escolas que empregam prática inclusivas, com o objetivo de examinar como essas estratégias são documentadas e organizadas no ambiente escolar.

Conforme orienta Marconi e Lakatos (2017), que ressaltam a importância da pesquisa documental e bibliográfica para o embasamento teórico e a sistematização do conhecimento existente.

À análise documental possibilitou observar estratégias utilizadas para engajar os alunos, diversificar recursos pedagógicos e adaptar avaliações de acordo com as necessidades específicas dos estudantes. Por fim, todos os dados coletados serão submetidos à análise de conteúdo, buscando identificar categorias que evidenciem práticas inclusivas e seu impacto no desenvolvimento do raciocínio crítico dos alunos. Esta abordagem metodológica possibilita integrar teoria e prática, fornecendo uma compreensão ampla sobre a implementação da aprendizagem significativa em contextos inclusivos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica revelou que os métodos inclusivos no ensino de ciências sociais são fundamentais para possibilitar a participação ativa de todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou necessidades específicas.

Como salienta Mantoan (2003), a inclusão não deve se restringir a adaptações físicas ou curriculares pontuais, mas requer uma transformação das práticas pedagógicas e da cultura institucional, garantindo equidade e respeito às diferenças. A revisão dos documentos confirmou essa ideia, mostrando que as práticas inclusivas examinadas geralmente são organizadas de forma proposital e metódica, utilizando uma variedade de ferramentas, métodos ativos e avaliações personalizadas. Conforme apontam Silva e Rodrigues (2020), tais estratégias contribuem para o protagonismo dos alunos e estimulam o desenvolvimento do pensamento crítico, reposicionando o professor como mediador e facilitador do processo de aprendizagem.

Os achados também indicaram que a adoção de metodologias ativas, como o aprendizado baseado em problemas e projetos interdisciplinares, potencializa a inclusão e favorece a aprendizagem significativa (MOREIRA, 2006). Essa maneira de pensar conversa com a Teoria da Aprendizagem Significativa, que defende que informações novas devem se ligar ao que os alunos já sabem para criar um entendimento real e que permanece. A falta desses aspectos pode diminuir o efeito das iniciativas inclusivas, fazendo com que sejam apenas momentos isolados e sem muita mudança na educação crítica cidadã dos alunos.

Nesse sentido, pesquisas recentes (LIMA et al., 2024) destacam que as metodologias ativas, quando bem planejadas e integradas ao currículo, potencializam a inclusão ao promover a participação ativa, o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento das habilidades socioemocionais dos estudantes. Abordagens como o aprendizado focado em problemas, projetos

que misturam diferentes áreas e a utilização de ferramentas tecnológicas no ensino, fazem com que a inclusão seja mais ativa e relevante para o que os estudantes realmente precisam.

Além disso, Mendes, Almeida e Hayashi (2019) reforçam que o sucesso dessas iniciativas depende de um planejamento colaborativo, no qual professores, gestores e equipe de apoio atuem de forma articulada. Assim, a inclusão não fica restrita ao trabalho individual do professor e garante que os meios e os planos estejam de acordo com as diretrizes de educação mais abrangentes.

A Teoria da Aprendizagem Significativa (AUSUBEL; MOREIRA, 2006) também contribui para esse entendimento ao indicar que novos conhecimentos devem se conectar aos saberes prévios dos estudantes. Essa ligação reforça o aprendizado e faz com que o conhecimento fique fixo por mais tempo, permitindo que as ações inclusivas produzam resultados consistentes.

Assim, os resultados enfatizam que a educação inclusiva, quando combinada com métodos novos e um plano de ensino estratégico, tem um grande potencial para fazer da escola um lugar mais justo, colaborativo e atento às necessidades de cada aluno.

Desse modo, estudos recentes mostram que uma educação inclusiva de verdade vai além de pequenas adaptações: ela precisa de um sistema estruturado de forma eficaz que combine aprimoramento constante dos professores, apoio da instituição e novas formas de ensinar. Quando isso ocorre, o jeito de ensinar se torna inclusivo além disso, transformador, ajudando a criar um ambiente escolar mais justo e dedicado a formar cidadãos conscientes e críticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo destacou a relevância dos métodos inclusivos no ensino de Ciências Sociais como elementos essenciais para promoção do desenvolvimento do raciocínio dos estudantes em ambientes escolares diversificados. A integração de práticas pedagógicas inclusivas, apoiadas em fundamentação teórica sólida e enriquecidas pelas experiências dos professores, mostrou-se capaz de transformar positivamente o processo de ensino-aprendizagem.

Embora os desafios sejam evidentes, especialmente no que tange à formação docente e a infraestrutura escolar, os resultados indicam que a adoção de estratégias inclusivas contribui para que a construção de um espaço educativo mais justo e democrático ocorra. A inclusão, portanto, não deve ser vista como um complemento, mas sim como um princípio norteador da prática pedagógica.

Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a investigação sobre o impacto das práticas inclusivas em diferentes contextos e disciplinas, bem como a elaboração de políticas públicas que incentivem a capacitação docente e a implementação efetiva dessas metodologias.

Ademais, é imprescindível ter em mente que criar um ambiente escolar genuinamente inclusivo exige mais do que apenas métodos de ensino modernos; requer, acima de tudo, o envolvimento conjunto de administradores, professores, pais e de toda a comunidade que cerca à escola. O sucesso das iniciativas de inclusão depende fortemente da participação ativa desses

indivíduos que, ao unirem forças, viabilizam o fortalecimento de uma mentalidade educacional mais justa e atenta às particularidades de cada um.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2012.

AUSUBEL, David P.; MOREIRA, Marco Antônio. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Centauro, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. nº 9.394/1996.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. **Inclusão escolar: diferentes dimensões e contextos**. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

LIMA, Rafael Santos; CUNHA, Luzia Cecília da Silva; CIPRIANO, Luana Marques Oliveira et al. **A importância das metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem em alunos com deficiência**. Revista Foco, v. 17, n. 7, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 4. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Aparecida; HAYASHI, Maria Cristina Piombato Innocentini. **Educação inclusiva: diferentes contextos**. Campinas: Autores Associados, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2004.

MOREIRA, Marco Antônio. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Centauro, 2006.

MUSZKAT, Mauro. **O professor e a dislexia**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa; FERREIRA, S. **Diversidade e inclusão na educação: desafios e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2021.

SILVA, Juliana; RODRIGUES, André. **Metodologias ativas e inclusão: desafios e possibilidades.** Revista Brasileira de Educação Inclusiva, v. 8, n. 2, 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994.